



FOLHA

DE BOA VISTA

Ano XXXIV

Edição 5572

Um Jornal Necessário

Página Inicial

Comentar

Imprimir

Enviar por E-mail

.: Publicidades .:

EDITORIAS

Cidades

Especiais

Esportes

Opinião

Polícia

Política

Variedades

COLUNAS

Avivamento

Em Pauta

Jessé Souza

Minha Rua Fala

Ok!á

Parabólica

PodCast

Shirley Rodrigues

Opinião

A greve nas instituições federais de ensino superior

Data: 07/06/2012

Fonte: a A A A



Elói Martins Senhoras *

Docentes de diferentes Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil entraram em greve a partir de 17 de Maio de 2012 com o objetivo de exercerem um direito constitucional que visa, tanto, fortalecer os interesses de uma classe desprivilegiada ao longo do tempo, quanto, promover o papel estratégico da educação no país, por meio de maiores recursos orçamentários.

Na primeira semana, após realização de assembléias para a definição das agendas locais e nacional do movimento grevista, surgiram iniciativas de publicização da causa nos meios de comunicação, o que levou à adesão crescente de IFES à greve nacional, que hoje totaliza 100% das universidades na região Norte, 79% na região Sudeste, 73% na região Nordeste, 60% na região Centro Oeste, e, finalmente, 36% na região Sul.

Na segunda semana, o comando nacional de greve teria uma reunião de negociação marcada no Ministério do Planejamento, a qual foi cancelada, sem as devidas justificativas e sem previsão de nova data, motivo pelo qual, desde então, surge um contexto de imprevisão temporal da duração das paralisações, o que ocasiona perdas às partes interessadas, professores e alunos, justamente, pela falta de um posicionamento do governo federal.

Por um lado, há interesses corporativos latentes que buscam a reestruturação da carreira e a equiparação salarial dos docentes de Magistério Superior (MS) e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) em comparação aos subsídios existentes em outras carreiras do Poder Executivo de equivalente qualificação, justamente com o objetivo de valorizar o profissional de educação.

Por outro lado, existe uma pressão para aumento de recursos destinados à educação até 2020, já que nos últimos anos tem recebido em média, apenas, 3% do total do Orçamento Geral da União, demonstrando assim um descompasso com as exigências da “era do conhecimento”, na qual, o Brasil encontra-se na contramão da tendência mundial, ao propiciar baixos incentivos para a educação, ciência e tecnologia.

As reivindicações dos docentes dão continuidade a demandas conjunturais e estruturais já existentes em outras greves anteriores, demonstrando assim que a educação ocupa um espaço marginal na agenda do governo federal, no qual os eventuais ganhos das paralisações são muito pontuais frente aos transtornos ocasionados na rotina acadêmica das IFES.

Não há dúvidas que a greve atual foi engatilhada por pendências conjunturais de uma negociação em andamento desde 2010, que previa, em março de 2012, o aumento salarial de 4%, a incorporação de gratificações, bem como a revisão do plano de carreiras para 2013, não obstante, sejam registradas demandas estruturais que vão além questões corporativas e que implicam em efeitos cascatas latentes para a educação brasileira e para a carreira dos educadores.

Embora dois pontos das negociações de 2011 entre o governo federal e os sindicatos tenham sido concedidos, emergencialmente, sob força de uma Medida Provisória da presidenta, Dilma Rousseff, que buscava abafar a difusão do movimento grevista, houve uma ampla deflagração de paralisação nacional das IFES na mesma semana findando negociar questões estruturais de carreira.

Segundo dados do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a ampla difusão nacional da greve pode ser identificada pela paralisação parcial ou total das atividades de ensino, pesquisa e extensão de 46 universidades federais e dois institutos federais, o que conduziu a um momentum de criticidade, no qual as IFES estão mobilizadas em contraposição a uma inexistente agenda de negociação governamental.

Como o atual modelo de desenvolvimento profissional dos professores universitários mostra uma grave defasagem salarial e condições de trabalho frente a outras carreiras do serviço público federal, a greve aponta

para uma paralisação de longa duração, quando se leva em consideração a adesão de mais de 75% das universidades federais e o próprio histórico das paralisações pré-existentes no período democrático.

*** Economista e cientista político. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) - eloisenhoras@gmail.com - Outros artigos o autor disponíveis em: <http://works.bepress.com/eloi>**

[Principal](#)[Assinatura](#)[Expediente](#)[Denúncias](#)[Classificados](#)[Fale Conosco](#)

Copyright © 2012 - Folha de Boa Vista - Todos os Direitos Reservados